

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA  
*CAMPUS SOROCABA*  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

THIAGO HUMBERTO GUIMARÃES CARPEGIANI

**MUNDO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

Sorocaba

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS EM GESTÃO E TECNOLOGIA  
*CAMPUS SOROCABA*  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

THIAGO HUMBERTO GUIMARÃES CARPEGIANI

**MUNDO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Ciências em  
Gestão e Tecnologia da Universidade  
Federal de São Carlos, campus Sorocaba,  
para obtenção do título de bacharel em  
Ciências Econômicas.

Orientação: Profa. Dra. Kelen Christina  
Leite

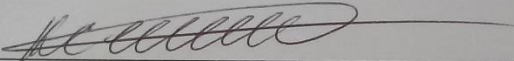
Sorocaba  
2018

**THIAGO HUMBERTO GUIMARÃES CARPEGIANI**

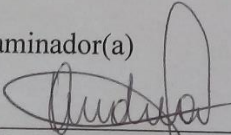
**"MUNDO DO TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO"**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências em Gestão e Tecnologia da Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, para obtenção do título/grau de bacharel em Ciências Econômicas.  
Universidade Federal de São Carlos.  
Sorocaba, 28 de junho de 2018.

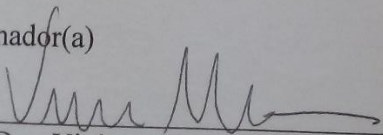
Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Kelen Christina Leite  
Departamento de Ciências Humanas e Educação - UFSCar

Examinador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Andrea Rodrigues Ferro  
Departamento de Economia - UFSCar

Examinador(a)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Viviane Melo de Mendonça  
Departamento de Ciências Humanas e Educação - UFSCar

## **EPÍGRAFE**

*“Utopia, It isn't elsewhere  
It's here”*

*“Utopia, não está em outro lugar  
Ela está aqui”*

**Björk**

## AGRADECIMENTOS

*Pensar nesta monografia foi um desafio de tentar sintetizar, de algum modo, minha trajetória dentro da UFSCar. Unir minha formação em Economia junto aos estudos de gênero que vivenciei desde o começo da Universidade. Assim, agradeço primeiramente a educação superior pública que permitiu desenvolver meu senso crítico da realidade que vivo junto ao Grupo de Estudos de Sexualidade e Política (Sex-pol) e os amigos que fiz lá, principalmente Kelen Leite e Viviane Mendonça, sempre dispostas a compartilhar conhecimento, nos acolher em nossas angústias e dividir felicidade. Agradeço também ao Coletivo Mandala, que ajudei a refundar, junto a Thaís Rodrigues e os todos que estiveram lá por me ajudarem a ter orgulho de quem sou e me dar bagagem necessária para enfrentar o mundo fora de nossos abraços.*

*Agradeço imensamente todos os meus amigos do curso de Ciências Econômicas: Amanda Polline, por darmos risada da vida juntos, por sempre me acolher e me ouvir. Valdemir Moraes por todas as conversas sobre a vida e seus rumos, Lenise Almeida que fez de sua casa o acolhimento de todo nosso grupo maravilhoso de amigos, os “Piscinis”, ou seja, Ana, Isabela, Evelin, Osvaldo, Jhonny, Julia, Lucas, Gabriela, Valquiria e Vitor, obrigado a todos vocês! Também agradeço a Camila, Adriano, Wesley e Lara que tive a sorte de encontrar nas outras turmas.*

*Agradeço também minha família pelo suporte, principalmente minha irmã Juliana pela amizade incondicional de uma vida toda, e meus pais Fátima e Humberto. Nesta reta final, agradeço imensamente meu namorado Renato Melaré pelo apoio e por sempre me dar palavras de incentivo e principalmente acreditar na minha capacidade.*

*Amo todos vocês, muito obrigado!*

## RESUMO

O presente trabalho se insere nos debates contemporâneos acerca das desigualdades de gênero e é motivado pelas visíveis desigualdades entre homens e mulheres no que tange aos seus rendimentos, tempo de trabalho, funções executadas, entre outros. As Ciências Econômicas se inserem neste debate ainda não de forma tão aprofundada podendo se beneficiar de teorias que contribuem para amadurecer nossa visão acerca do tema. Desta maneira, se fez necessário o diálogo com outras Ciências Sociais, principalmente a Sociologia, para nos auxiliar na construção de uma crítica que perpassasse tanto pela análise quantitativa quanto qualitativa. O estudo busca traçar um breve histórico da construção de formação do mercado de trabalho com um recorte a partir do início do século XX, bem como do advento do Neoliberalismo, da Globalização econômica/financeira, trazendo para o debate a posição das trabalhadoras frente a essa realidade. Após essa etapa, a pesquisa busca especializar-se na análise da realidade brasileira, fundamentando o momento histórico mais recente com o auxílio de dados que corroboram a análise, estes dados estão restringidos ao período de 1990 a 2015, porém sempre que possível tentamos trazer dados do ano corrente (2018).

**Palavras-chave:** Trabalho. Gênero. História Econômica. Desigualdade. Relações de Trabalho. Relações de Gênero.

## **ABSTRACT**

The present work is a part of contemporary debates regarding gender inequalities and is motivated by the clear disparities between men and women in terms of their income, working time, performed functions and other factors. Economic Sciences are inserted in this debate, but in an isolated way and can benefit from theories that contribute to mature our view on the subject. Thus, it was necessary to create a dialogue with other social sciences, especially Sociology, to assist us in the construction of a critique that went through both quantitative and qualitative analysis. The study starts with the construction of a history of the formation of the labor market in a cutout from the beginning of the twentieth century and the advent of Neoliberalism unto economic and financial Globalization, whilst trying to bring into this debate the position of the female workers facing such reality. Afterwards, the research seeks to specify the analysis on Brazil, underpinning the most recent historical moment with the aid of data which corroborate the analysis. These data are restricted to the period of 1990 to 2015, though try to bring data of the current year (2018) whenever it is possible.

**Keywords:** Labor. Gender. Economic History. Inequality. Labor Relations. Gender Relations.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

<b>Tabela 1 - Evolução do salário mínimo em reais(R\$).....</b>	<b>35</b>
<b>Tabela 2- Brasil: Ocupação formal e informal 1993-2013 .....</b>	<b>36</b>
<b>Tabela 3 - PEA de 16 anos ou mais de idade, por sexo, cor/raça, Brasil, 1995 a 2015 .....</b>	<b>37</b>
<b>Tabela 4 - Total (%) de pessoas com 11 anos ou mais de estudo, por sexo, Brasil-1992/2015 .....</b>	<b>38</b>
<b>Tabela 5 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça, Brasil, 1995 a 2015 .....</b>	<b>39</b>
<b>Gráfico 1 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais.....</b>	<b>39</b>
<b>Tabela 6 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2001/2015.....</b>	<b>40</b>
<b>Gráfico 2 - Média de Horas Semanais Dedicadas a Afazeres Domésticos.....</b>	<b>41</b>
<b>Tabela 7 - Porcentagens de pessoas que recebem pensões por idade avançada, por sexo, dados agregados para o período 2008 a 2013 .....</b>	<b>44</b>



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>13</b>
<b>3. BREVE ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ORDEM CAPITALISTA.....</b>	<b>14</b>
3.1. DO LIBERALISMO ECONÔMICO A “ERA DE OURO” DO CAPITALISMO .....	16
3.2. CRISE DOS ANOS 1970 E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO.....	22
<b>4. FLEXIBILIDADE, TRABALHO E GÊNERO .....</b>	<b>27</b>
4.1. TRABALHOS DE HOMEM, TRABALHOS DE MULHER.....	30
<b>5. ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>34</b>
5.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS DADOS MUNDIAIS.....	43
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>45</b>
<b>7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A concepção desta monografia é provocada pelo questionamento acerca da divergência salarial entre homens e mulheres na realidade global. A Ciência Econômica fornece algumas bases teóricas para se tentar entender esse fenômeno, por exemplo a História Econômica, a Econometria, entre outros. Porém, parecer carecer, de modo geral, de uma análise que nos leve a uma discussão mais aprofundada da dinâmica desse fenômeno no mundo e como ele se processa, fazendo-se necessária a utilização de alguns instrumentos teóricos oriundos, sobretudo de outras Ciências Sociais, principalmente, da Sociologia que apontam para a necessidade de um olhar interdisciplinar para esse fenômeno que nenhuma ciência é capaz de sozinha, explicar em sua complexidade.

Assim, procurou-se elaborar uma pesquisa que alie os conhecimentos oriundos da Ciência Econômica junto de outras Ciências Sociais, a fim de contribuir com uma reflexão teórica acerca desta temática. Para concretizar este plano procurou-se, primeiramente, construir um histórico que demonstrasse a formação de um mercado de trabalho delimitado, nesta pesquisa, por um período que se inicia no século XX, passa pela chamada crise dos anos de 1970 e consolida-se num mercado de trabalho globalizado. Este caminho permite tratar do fenômeno da desigualdade de gênero, em relação às disparidades salariais, consolidando o entendimento do problema de pesquisa sobre uma perspectiva estrutural da realidade socioeconômica global.

O marco histórico da crise dos anos 1970 é de extrema importância para este trabalho, pois demonstra que as práticas de gestão da mão de obra andam juntas com as práticas de precarização do mercado de trabalho. Além da compreensão acerca da prática de trabalho flexível que acentuou o trabalho em tempo parcial ao redor do mundo (HIRATA, 2007). Assim, o estudo desse período nos fornecerá as bases para entendermos os efeitos da precarização e da flexibilização sobre o mercado de trabalho contemporâneo que atinge primeiramente e, sobretudo as mulheres.

A construção desse histórico, no texto, busca conduzir-nos cada vez mais para a realidade brasileira, partindo do período da década de 1990 com a adoção das políticas de caráter neoliberal chegando aos dias atuais.

Formulado este histórico, analisamos os tipos de trabalho realizados por homens e mulheres e buscamos traçar e constatar as semelhanças e as diferenças entre essas

funções, além das condições precárias de contratação e de informalidade que são mais comuns entre os trabalhos desenvolvidos por mulheres, ponto chave deste trabalho.

Essas reflexões, acerca das funções que homens e mulheres desempenham, nos auxiliam a questionar o *status quo* das relações de gênero no mundo do trabalho. Tradicionalmente, para a lógica liberal e meritocrática, os rendimentos do trabalho assalariado e a contratação de mão-de-obra seguiriam, no plano do discurso, padrões em que o requisito básico seria a competência individual do/a trabalhador/a e sua capacidade de contribuir para o rendimento das firmas (lucro). Porém, o que observamos, apenas para fixar-nos nas disparidades de gênero, é uma diferenciação do salário das mulheres em relação aos homens que desempenhando as mesmas funções ganharam em torno de 24% menos do que os homens no ano de 2016, em uma média a nível mundial (ONU, 2016). No Brasil, segundo dados do IBGE, as mulheres ganharam em média, em 2017, 33,50% menos do que os homens. Assim, estes dados nos provocam a reflexão de que as diferenciações salariais não ocorrem apenas segundo critérios de produtividade ou competência pessoal, ou seja, não estaríamos tratando apenas de questões meritocráticas, mas estaríamos diante de preconceitos enraizados nas relações de gênero que estruturam as nossas sociedades a partir de uma hierarquização entre homens e mulheres.

Buscou-se, ainda, um conjunto de dados para corroborar esta análise, com especial foco no Brasil, esses dados nos trazem informações acerca de: rendimentos, trabalho doméstico, educação, entre outros. Foi traçado, ainda, um breve panorama acerca da realidade mundial, porém não de maneira aprofundada uma vez que não era esse o escopo deste trabalho.

Quanto aos objetivos mais específicos nos propomos:

1. Analisar os dados, para o Brasil, referentes aos níveis de desigualdade de gênero por meio de diversos índices de fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outras oriundas deste como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD); e Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA);
2. Trazer ao debate econômico a necessidade da análise das interrelações entre trabalho e gênero, buscando ampliar, assim, a discussão no âmbito quantitativo e qualitativo.

Por fim, a pesquisa se presta a ampliar a discussão social e econômica sobre a necessidade de se garantir pleno acesso e condições de igualdade nas relações de trabalho, através do debate estrutural sobre o funcionamento do capitalismo,

principalmente a partir dos anos de 1970, e a reestruturação das relações de produção da economia mundial, bem como adensar os debates contemporâneos sobre as questões de gênero, a fim contribuir para a superação dessas relações desiguais.

## **2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma análise histórica descritiva, cobrindo um período que parte da crise de 1929, passa pela Reestruturação Capitalista da sociedade nos anos de 1970, chegando à discussão sobre “Globalização” e/ou mundialização econômica. Dando especial destaque para os conceitos de “flexibilização” e “precarização” do trabalho. Essa construção histórica é essencial para compreendermos a formação do mercado de trabalho no capitalismo contemporâneo.

Os dados utilizados partem de índices agregados e da estatística descritiva, a partir dos estudos produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização Mundial do Trabalho (OIT), e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA).

Utilizou-se, portanto uma gama de elementos de estatística descritiva, que segundo Medri “preocupa-se com a organização, apresentação e sintetização de dados, utilizando gráficos, tabelas e medidas descritivas como ferramentas para o estudo” (MEDRI, 2011, p.2)

### **3. BREVE ESTRUTURAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ORDEM CAPITALISTA**

A abordagem da divisão sexual do trabalho remete a duas principais definições: trabalho, assim como alguns termos como relações de serviço, trabalhos de cuidado pessoal, acesso das mulheres às profissões executivas de nível superior, etc; e gênero, que segundo Dias (2016), o conceito trazido pela crítica feminista nos anos de 1970, ao dar ênfase para o caráter social das relações entre os sexos, significou considerá-las de um ponto de vista fundamentalmente político. O caráter de construção às normas sociais de gênero permitiu romper com certo determinismo biológico, problematizando a ideia da existência de uma diferença sexual que fosse natural e que engendrasse, de maneira binária, comportamentos, atitudes, identidades sexuais e artefatos socioculturais homogêneos e universais.

Deste modo ao abordarmos a questão do trabalho feminino, estamos adentrando na história econômica, social, política e cultural. Vale dizer que os dados produzidos em diferentes momentos da história de uma sociedade contribuem para visibilizar ou invisibilizar a situação da mulher na sociedade. Por exemplo, existe uma dificuldade quando falamos do tipo de trabalho executado por mulheres, em decorrência do trabalho doméstico e não remunerado exercido pelas mesmas.

Então, quando nos perguntamos qual a finalidade da análise e sua direção, precisamos nos perguntar como a sociedade utiliza essas mensurações:

Como circunscrever aquela que seria a produção de bens e serviços efetivamente voltada a satisfazer necessidades humanas que, por isso mesmo, facultaria classificar aqueles nela envolvidos como parte da população economicamente ativa? Haveria lugar, nesta situação para incluir mulheres que trabalham exclusivamente no lar e para o lar, sem remuneração, mesmo que se exercendo atividades essenciais para a vida social e familiar? Afinal, o que se considera bens e serviços econômicos? A solução para este desafio é grande. Ela depende do modo pelo qual se constrói, numa dada sociedade, a noção de atividade econômica; neste sentido, reflete as avaliações normativas, as convenções, que sustentam a inclusão (ou exclusão) de certas atividades no computo geral do que se define como produção econômica (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p. 79)

Assim, existe a questão da abrangência do conceito, pois o trabalho produtivo pode ser feito dentro ou próximo de casa, de maneira a combinar as tarefas voltadas a atender necessidades do grupo doméstico e na reprodução da vida econômica e social.

Segundo Marx, trabalho é definido como:

(...) antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio deste movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 2013, p.255).

Assim, através do trabalho homens e mulheres transformam a natureza ao seu redor para garantir a sua sobrevivência e a reprodução da vida material em sociedade, portanto considerando este conceito de trabalho, entendemos o porquê de algumas definições sobre a divisão sexual do trabalho buscar englobar o trabalho doméstico na categoria trabalho e não só o assalariado, pois o trabalho doméstico também corrobora para a produção de riqueza uma vez que envolve a produção da própria força de trabalho. Porém, nossa problematização não se deterá sobre este debate, é preciso considerar que essa forma particular de divisão do trabalho tem como princípios organizadores a separação de funções, e assim existem, a partir de uma construção social e histórica, trabalhos considerados tipicamente de homens e trabalhos considerados tipicamente de mulheres, assim como a hierarquia, em que um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher (HIRATA, 2007, p.599). Essa problematização é também evidenciada por Gayle Rubin em seu trabalho “Tráfico de mulheres: Notas sobre a economia política do sexo” o qual argumenta que o sistema sexo/gênero é um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas (RUBIN, 1993).

Assim, traçaremos no tópico a seguir um breve histórico da construção do mercado de trabalho contemporâneo partindo da conceituação do liberalismo até a chamada crise dos anos 1970 e a flexibilização do trabalho. Faz-se necessário, dentro deste escopo, entender o conceito de flexibilização e suas consequências no mundo do trabalho, sempre destacando as relações de gênero foco deste trabalho.

### 3.1. DO LIBERALISMO ECONÔMICO A “ERA DE OURO” DO CAPITALISMO

Os ideários liberais eram os predominantes na economia no início do século XX. Essa perspectiva argumenta que o Estado não deveria ter como função primordial, ao menos no discurso, intervir nas relações produtivas/econômicas da sociedade, sendo essas alocadas/definidas/organizadas pelo ideário da “mão invisível”, definido por Adam Smith em “A Riqueza das Nações” do seguinte modo:

(...) já que cada indivíduo procura, na medida do possível, empregar o seu capital em fomentar a atividade (...) e dirigir de tal maneira essa atividade que seu produto tenha o máximo valor possível, cada indivíduo necessariamente se esforça por aumentar ao máximo possível a renda anual da sociedade. Geralmente, na realidade, ele não tenciona promover o interesse público nem sabe até que ponto o está promovendo (...) [ao empregar o seu capital] ele tem em vista apenas sua própria segurança; ao orientar sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. Ao perseguir seus próprios objetivos, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quanto tenciona realmente promovê-lo. (SMITH, 1983, p.379).

Assim, temos no argumento de Smith que a busca individual do lucro tem consequências globais, que o interesse individual geraria benefícios para a sociedade e, portanto, aumentaria a renda da sociedade como um todo. Podemos perceber então que a atitude individual seria considerada o grande diferencial na hierarquização social e assim traçamos os primeiros passos na ideia hegemônica do conceito clássico de que a mulher é improdutiva (CANTIERI; FERRO, 2018, p.62).

O que devemos entender desse período é que com o choque provocado pela crise de 1929, o sistema monetário e os elementos econômicos/políticos seriam colocados em questão, e o ideário liberal não seria suficiente para combater os elementos da crise instaurada: deflação de preços; ativos financeiros; altas taxas de desemprego; etc. (PRADO, 2006).

Para o caso do Brasil, o país baseava-se em uma economia primário-exportadora e, portanto, vulnerável às oscilações das economias e dos mercados dos países hegemônicos. Com a crise advinda a partir da Grande Depressão, o país precisaria rever seu modelo de estruturação econômica, que ficaria refletido no modelo de substituição de importações, ou seja, passaria a produzir internamente bens antes importados (LEITE, 2018).



Assim, como resposta a essa situação temos que entender os conceitos do modelo fordista de produção e as políticas keynesianas que, associadas, se mostram como um meio de saída para a crise dos anos de 1930, crise do liberalismo, ao menos para o modelo europeu, mas que impacta a economia mundial e também o Brasil.

A recuperação da crise esteve relacionada com um novo modo de organização da produção, que fosse capaz de atender a uma oferta de larga escala que caracterizou a produção em massa e a necessidade de construção de um mercado consumidor em massa. O fordismo possibilitou esse modelo, pois segundo Botelho (2002; p.13)

(...) seria o fordismo uma associação das normas tayloristas do trabalho com a produção e o consumo de massa, o que levou o modo de produção capitalista a regular o valor para muito além do movimento espontâneo de mercado.

A produção em massa depende de fatores estruturais como a associação com o Estado, que explicitaremos em breve, e com as características do trabalho, inicialmente, na fábrica. Dentro da fábrica este modelo visa a fixação do trabalhador em postos fixos de trabalho, remetendo as primeiras inovações advindas do modelo fordista de produção, com a completa padronização e intercambialidade entre as peças o que possibilita e dá início à produção em massa. Num primeiro momento é desenvolvida uma linha fixa de produção, sendo o trabalhador o responsável por percorrer a linha, posteriormente é concebida a linha rolante com o trabalhador fixo no posto de trabalho permitindo que o ritmo do trabalho seja regulado exteriormente conseguindo, com isso imprimir o ritmo de produção ao trabalhador que não controla mais o tempo de seu próprio trabalho. Com o aumento da divisão do trabalho, temos o aumento da produção. Esse aumento gerou o crescimento em massa de bens e produtos e uma maior contratação de funcionários, bem como sua maior organização em sindicatos. Botelho acentua que (2002, p.18):

(...) conquistas dos trabalhadores acarretaram um maior padrão de consumo por parte da classe trabalhadora. Pode-se dizer que havia nesse momento, nos países em que o fordismo se desenvolveu plenamente, um círculo virtuoso de crescimento econômico. As práticas de gestão e produção no interior da fábrica possibilitaram a melhor organização do operariado. E como o todo é diferente das somas das partes, esses trabalhadores organizados souberam utilizar sua força para obter algumas conquistas socioeconômicas, moldando o fordismo como uma estratégia de acumulação mais ampla que a esfera fabril. A ideia de Ford de produção em massa e consumo de massas só pode se realizar a partir do momento em que uma classe operária forte exigiu uma parcela maior da riqueza gerada e transformou em bens de consumo. As especificidades históricas do pós-guerra, principalmente a “ameaça comunista”, também contribuíram para que a classe que vive do trabalho pudesse extrair maiores conquistas dos representantes do capital e do Estado. O poder de barganha da classe trabalhadora tornou possível uma participação maior desta classe na repartição do fundo público.

Neste momento, essa relação entre capital e trabalho foi fruto, portanto de uma composição entre: sindicato forte, as grandes corporações e o Estado, sempre de maneira conflituosa, sendo este último o principal responsável pelo suposto equilíbrio entre essas forças, ou seja, estabeleceu-se o que se convencionou chamar de uma política de compromisso entre capital e trabalho mediado pelo estado. O fundo público, citado por Botelho, refere-se a uma aplicação do orçamento público em: saúde, educação, assistência, previdência e ainda ao financiamento do consumo. Dessa forma, o capitalismo, em países avançados, combinou crescimento econômico e pleno emprego, mecanismos de mercado e políticas estruturantes com a ampliação e diversificação da intervenção estatal, administração da demanda agregada e uma contratação crescente e centralizada (BOTELHO, 2002) a ponto de ser nomeado como os anos de ouro do capitalismo. Essas características não são somente influência do modelo fordista de produção, mas também das políticas Keynesianas, constituindo o que a Escola da Regulação Francesa denominará de: modo de regulação fordista/keynesianista (BOYER, 1990).

Para o caso nacional, o modelo de regulação fordista baseou-se em uma tentativa de alavancar a industrialização, porém, diferentemente dos países desenvolvidos, não houve uma estruturação que possibilitasse a criação de um modelo de Bem-Estar social ao estilo europeu. Assim, o país passaria a adotar um padrão de acumulação que concentrava renda e gerava grandes desigualdades sociais, modelo que continuou repetindo-se durante os anos da Ditadura Militar (LEITE, 2018).

Todo esse processo instaurado contribuiu para a intensificação da Divisão do Trabalho, ou seja, possibilitou uma maior especialização/divisão de funções dentro do mundo do trabalho e da sociedade como um todo. Mais à frente abordaremos a Divisão Sexual do Trabalho para demarcar as funções desempenhadas por homens e mulheres nessa realidade e demonstrar a hierarquização existente nesta divisão, portanto a forte divisão entre trabalho doméstico e trabalho produtivo.

Voltando à nossa argumentação, para essa nova configuração funcionar existe a dependência das ações do Estado, junto às políticas Keynesianas para assegurar a estabilidade da demanda, fator essencial para o sucesso da produção em massa fordista (BARUCO, 2005, p.19), além da intermediação do Estado nas relações entre capital e trabalho. Este sistema de compromisso entre o pleno emprego e ampliação de direitos sociais levou à constituição do Estado de Bem-Estar Social. Assim, segundo Baruco (2005, p.20):

O Keynesianismo tornou-se um instrumento compatível de uma nova relação entre Estado e sociedade, pois forneceu os alicerces ideológicos e políticos para o compromisso da democracia capitalista, e ofereceu a perspectiva de que o Estado seria capaz de conciliar a propriedade privada dos meios de produção com a gestão democrática da economia. Isso é, o Keynesianismo forneceu alternativas para atenuação das crises e amenização das mazelas sociais e, neste sentido, os controles democráticos sobre o nível de desemprego e distribuição da renda tornaram-se os termos do compromisso que viabilizou a constituição destes construtos sociais.

Deste modo,

O regime de acumulação fordista/keynesianista pode ser considerado, assim, uma fase particular do desenvolvimento capitalista, caracterizado por investimentos em capital fixo que criam uma capacidade potencial para aumentos regulares da produtividade e do consumo em massa. Para que esse potencial se realizasse fez-se necessária uma política e uma ação governamental adequada, bem como instituições sociais, normas e hábitos comportamentais apropriados (o modo de regulação). O keynesianismo é, pois, descrito como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista emergente realizasse todo o seu potencial. E este, por sua vez, é concebido como uma das causas fundamentais da crise da década de 1970 (LEITE, 2011, p.424).

Com esse processo, temos movimentos que sinalizam a expansão do modelo de trabalho fordista para o mundo, de maneira diferenciada entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Há três frentes principais: mundialização dos processos produtivos (a industrialização); a mundialização dos mercados; e a mundialização da cultura (HOBBSAWN, 2008). Esse processo incorpora a mão de obra de muitos países em uma estrutura produtiva e empresarial integrada mundialmente, o que não significa uma paridade no processo de desenvolvimento econômico e social.

A partir dos anos 1940, como nos referimos, a economia capitalista passa por um crescimento nunca visto antes em sua história, tal crescimento ocorre, agora, sob a hegemonia da economia estadunidense. Essa realidade de crescimento econômico é batizada por Hobsbawn (1995) como a “Era de Ouro” do Capitalismo. Os efeitos desse período são de essencial compreensão para o entendimento da formação da realidade socioeconômica contemporânea. Por um lado, temos os efeitos do crescimento da população neste período, juntamente com o crescimento da produção mundial de manufaturas, o comércio entre os países e a agricultura. Devido a esse surto de crescimento econômico, a classe operária industrial manteve um alto contingente de empregados, como já exploramos acima; além de termos novos contingentes de mão de obra, como os trabalhadores da zona rural num processo de migração, a imigração estrangeira, e a entrada de mulheres, sobretudo, casadas no mercado de trabalho

(HOBSBAWN, 2008). Araújo (2007) também ressalta que as mudanças ocorridas no processo produtivo contribuíram para alterar o perfil de trabalhadores contratados pelas empresas diversificando também a força de trabalho feminina. Freitas (2016, p. 113) ressalta,

(...) que antes dos anos de 1980, como dita acima, eram as mulheres jovens, solteiras e sem filhos as preferencialmente recrutadas pelas empresas. Após os anos de 1990, as mulheres casadas passaram a ser preferidas, por serem consideradas mais responsáveis e mais flexíveis, adequadas aos novos tipos de gestão na esfera produtiva. No entanto, esse processo de expansão da participação feminina foi marcado pela desigualdade entre os sexos e pela precariedade do emprego das mulheres.

Cabe também destacar que, embora tenha havido ao longo dos anos uma diminuição na diferença, ainda grande, de salários entre homens e mulheres alguns autores, dentre eles Meszáros (2002) adverte que:

(...) essa aproximação pode decorrer menos de um aumento do salário feminino e mais devido à redução do masculino. Assim, haveria uma tendência a ocorrer um nivelamento do índice diferencial da exploração, sendo um nivelamento que se dá por baixo, ou seja, a maior participação feminina no mercado de trabalho possibilitou reduzir o salário da força de trabalho em geral, impondo a esta salários mais baixos, aos quais as mulheres, historicamente, sempre estiveram submetidas.

Este ponto é de especial interesse para essa pesquisa. Devemos notar que o período não representa o momento de entrada de todas as mulheres no mercado de trabalho, mas sim a intensificação do uso de uma parcela dessas mulheres como trabalhadoras assalariadas e dentro de um sistema de Bem-Estar Social. O fato é que a mão de obra feminina já era utilizada na história do capitalismo em outros termos e condições. Dedecca (2010, p.8) aponta que:

A regulação das condições básicas para a contratação de força de trabalho foi fundamental para o emprego e a renda. A definição do salário mínimo, a jornada semanal de trabalho, o descanso semanal, o direito às pausas e descanso durante a jornada diária de trabalho, a proibição do trabalho infantil, a restrição do uso do trabalho da mulher, o controle das condições de trabalho, o controle do despotismo, a restrição à demissão, modificaram a situação de assimetria na relação de trabalho consolidada durante a fase de desenvolvimento concorrencial do capitalismo. A forma de regulação de natureza pública estabeleceu-se em detrimento daquela construída diretamente no interior das empresas.

Destaca-se, portanto que a mão de obra feminina sempre esteve presente, sempre foi utilizada para a produção e reprodução do capital, é seu uso que é diferenciado na história do sistema capitalista, assim no período da Era de Ouro a entrada massiva da mulher no mercado de trabalho não representa uma novidade

histórica. Basta pensarmos que as mulheres negras, sobretudo nos países em que imperou um período escravocrata, sempre tiveram que trabalhar como escravas ou como mão de obra barata no período pós-escravidão. O mesmo ocorre com mulheres pobres conforme apontado por Davis (2016), portanto quando se fala na “conquista” do mercado de trabalho para/pelas mulheres fala-se, sobretudo, das mulheres brancas de classe média. Daí a importância de se pensar essas questões a partir da perspectiva, por exemplo, do feminismo interseccional ou a partir de autoras que, como Kergot, trabalham o conceito de consubstancialidade das relações entre classe, gênero e raça.

É importante salientar que o efeito desse crescimento demorou a ser sentido e que este período foi um fenômeno mundial, o que nos ajudará a entender as causas de certa homogeneização das relações de trabalho pelo mundo e que apesar do crescimento, a riqueza não chegou a maioria da população no restante do globo. A partir de 1960, essa divergência entre o mundo rico e pobre começou a ficar cada vez mais evidente (HOBSBAWN, 2008).

Porém, essa fase de altos rendimentos do sistema capitalista começaria a encontrar suas limitações com a mudança das condições econômicas mundiais.

Podemos dizer, portanto que

(...) o fordismo compatibilizou altas taxas de lucro e acumulação com elevações de salários e do consumo em massa. Porém, por volta dos anos de 1970 este modelo passou a esbarrar em seus próprios limites e contradições internas. Tais limites e contradições tornaram-se evidentes quando o sistema técnico-produtivo esgotou as possibilidades de aumento da produtividade em ritmos suficientes para atender, simultaneamente, às demandas do capital e do trabalho. Então, o consenso social, necessário para dar sustentação ao modelo, entrou em crise, visto que a forma de distribuição social da renda passou a colidir frontalmente com os interesses da acumulação de capital (LEITE, 2011, p, 424).

Aqui também temos a análise de uma série de fatores que levaram a essa desestruturação. Dentre eles podemos citar: o acirramento das pressões competitivas entre as grandes empresas; o primeiro choque do petróleo em 1973; a queda nas taxas de lucro; a resistências dos trabalhadores à linha de montagem; certo esgotamento do consumo em massa de produtos estandardizados para aqueles com disponibilidade para o consumo.

Este ponto é de especial importância, já que nos países desenvolvidos em que o sistema de Bem Estar Social foi implantado, os trabalhadores tinham uma maior segurança devido ao poder da classe trabalhadora organizada sindicalmente, enquanto as empresas passariam a buscar em países que tivessem leis trabalhistas brandas ou inexistentes sua fonte de rentabilidade; isso evidentemente mostra a fragilidade e os

riscos que essa política pode trazer para o mundo do trabalho já que abre espaços para o questionamento desses direitos trabalhistas. Esse processo passa a ocorrer de forma intensa após 1970 com a desregulamentação propiciada pelas políticas neoliberais, como consequência dessa intensificação internacional temos uma menor contratação de trabalhadores. Se pensarmos que o modo de produção fordista depende de um mercado em massas para se manter, menores contratações e massa salarial podem, paradoxalmente, também a produzir perturbações nesse mercado.

### **3.2. CRISE DOS ANOS 1970 E FLEXIBILIZAÇÃO DO TRABALHO**

Conforme estamos explorando, todo esse sistema baseado no crescimento através da produção em massa passa a encontrar vários fatores delimitantes à continuidade desse modelo.

Para o setor externo, o primeiro choque do petróleo em 1973 aumentou os custos dos insumos de energia e ajudou a criar uma instabilidade financeira mundial. É certo que:

(...) havia problemas com a rigidez nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho (especialmente no chamado setor monopolista). Assim, as estratégias empregadas tanto pelas empresas como pelo Estado Keynesiano não produziam mais uma resposta adequada ao novo cenário mundial. A injeção de poder aquisitivo por parte do Estado de Bem-Estar, como forma de compensar as deficiências no investimento privado com seus próprios gastos, resultou em uma inflação mundial de custos e numa fuga maciça de capitais para os mercados mundiais *offshore*. Ou seja, o problema enfrentado pelas economias de grande parte dos países capitalistas estava ligado ao excesso de capital (BOTELHO, 2002, p.40).

Mesmo com os questionamentos às políticas liberalismo clássicas durante o começo do século XX, que demonstrou, por meio da crise de 1929, que a mão invisível do mercado não funcionou como deveria, ou como se supunha, suas ideias nunca foram abandonadas, visto que a sociedade está constantemente debatendo e entrando em conflito devido às decisões políticas a serem tomadas. O Neoliberalismo, enquanto pressupostos, possui como marco a publicação do livro *O Caminho da Servidão* escrito por Friedrich August von Hayek. Publicado em 1944, este foi uma reação teórica ao modelo intervencionista de Estado (ANDERSON, 1995, p.9). Portanto, cabe agora discutir as bases que possibilitaram a ascensão de outra regulação do trabalho, de maneira a assegurar ao capitalismo sua continuidade contornando suas crises cíclicas.

Assim, trabalharemos com alguns novos conceitos a serem explicitados a seguir, como o de produção flexível. Botelho argumenta que:

Produção flexível é o conjunto de estratégias que correspondem as novas práticas de acumulação do capital em reposta a crise do Capitalismo de meados da década de 1970 (...) o termo produção flexível realça o fato de que novas estratégias de reprodução ampliada do capital ainda não se desligaram da produção do valor econômico (BOTELHO, 2002, p.42).

Ou seja, as confluências e práticas em torno da produção flexível estão na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; o surgimento de novos setores de produção e de novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros; passagem de uma grande parte dos trabalhadores para o setor de serviços; a criação de conjuntos industriais em novas regiões pouco industrializadas, e o retrocesso do poder sindical e estabelecimento de práticas regressivas de exploração da força de trabalho em todos os centros industriais. (BOTELHO, 2002). Esse processo de flexibilização se dá nas relações de trabalho dentro da fábrica, nas relações entre as empresas, e nas relações de gênero dentro dessa mesma lógica; questão que abordaremos logo mais. Aliado a todo esse processo temos a intensificação da mundialização financeira.

As finanças, por definição, representam o dinheiro produzindo dinheiro sem que nenhum processo de produção esteja envolvido nesta transformação (CHESNAIS, 2000). A desregulamentação das finanças no cenário econômico mundial encontrou suas bases nas políticas de liberalização, privatizações, desregulamentação dos controles sobre fluxos financeiros e de conquistas sociais e democráticas, aplicadas sob o impulso dos governos Thatcher, na Inglaterra, e Reagan nos EUA e, subsequentemente em países da Europa, América Latina e mais tarde o leste europeu.

A expansão da produção econômica mundial, intensificadas pelo modelo fordista, não seriam capazes, de forma mecânica, de aprofundar as relações do capital financeiro e a sociedade, essas relações se intensificaram graças à ação de políticas de Estado. O capital financeiro mundial não teria conseguido de maneira tão rápida e radical quebrar os entraves à liberdade de se expandirem e explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais sem uma política de estado voltada para isso (CHESNAIS, 2000); essa possibilidade aconteceu graças à ação dos governos citados que permitiram tal mudança. Não somente na Inglaterra, isso ocorreu na França entre 1984-1986, que realizou várias reformas no mercado financeiro e em sua

regulamentação bancária, e também em vários outros países. As finanças passaram a regular de maneira cada vez mais intensa a fixação das taxas de juros. (CHESNAIS, 2000).

Em nível mundial esse sistema também passou a se expandir: a busca por liquidez, dada através de investimentos financeiros, abriu espaços nos mercados emergentes; essa abertura possibilitou a integração desses países aos impactos da especulação financeira.

Precisamos ressaltar também o papel das novas tecnologias e das redes informacionais nesse processo. Estes dois fatores impulsionaram a produção de mercadorias e promoveram alterações no processo de trabalho e na produção do capital (ALVES, 2011). Essa nova estrutura aplicada à configuração mundial do capital, demonstra que as relações de trabalho extrapolam a realidade de um local, juntamente com um modelo de produção que dará continuidade às bases rígidas do fordismo, representado aqui pelo *toyotismo*.

O sistema Toyota de produção, também conhecido como modelo japonês, advoga pela diminuição gradual do “desperdício”, o “trabalho em equipe” e o aumento das habilidades do trabalhador para que se possa produzir mais velozmente as mercadorias. Neste sistema, temos o incentivo ao engajamento moral e intelectual dos trabalhadores para a produção, ou seja, aliado a técnica há uma captura da subjetividade do trabalhador importante para a sustentação do sistema. É preciso que o processo de trabalho seja conhecido intuitivamente (ALVES, 2011, p.46). Assim, na administração do trabalho não existiriam mais empregados sobre essa ótica, mas sim “colaboradores” em rede. Essa organização envolve contratos de trabalho mais fracos, flexíveis em que se torna possível a ampliação de redes de terceirização e redes de subcontratação. Estamos nos referindo a atuação de empresas fora de seu território de origem, através de plantas em países com leis trabalhistas brandas ou quase inexistentes, sob a ótica da atuação da empresa por meio de contratos flexíveis.

Sem essa rigidez nos postos de trabalho, incentiva-se e cobra-se que o trabalhador execute múltiplas tarefas, de forma que este se sinta parte da empresa, não apenas um empregado, mas sim um colaborador. É neste ponto que temos a captura da subjetividade do trabalhador. Segundo Alves:

É por essa captura da subjetividade que o operário ou empregado consegue operar com eficácia relativa, a série de dispositivos técnico-organizacionais que sustentam a produção fluída e difusa. A adoção da produção fluída implica uma reescalada das qualificações e do nível de formação geral e



profissional dos operadores de base, além de uma relativa recomposição das funções de execução e das funções de concepção. (ALVES, 2011, p.49).

Essa flexibilização não envolve somente a questão dos postos de trabalho, mas como citamos anteriormente envolve os salários e seu achatamento. Quando nos referirmos a precarização do trabalho, estamos falando de relações sem segurança empregatícia e direitos trabalhistas, bem como salários reduzidos, os reflexos desse processo é sentido mais fortemente pelas mulheres.

Assim, temos um modo de produção capitalista que neste novo contexto mantém os princípios que sempre o embasaram: a maximização dos lucros, com o acréscimo da eliminação de desperdícios e a redução dos custos, sistema *just in time* (OHNO, 1997, p.26).

A aplicação deste modelo reorganiza a produção com um fluxo produtivo capaz de evitar a formação de estoque de peças e com um trabalhador que executa múltiplas tarefas, ou seja, se produz mais com menos pessoas. Portanto, esse sistema traça uma ponte com a reestruturação capitalista dos anos 1970.

Não por acaso, assim como o Fordismo, esse sistema iria se expandir cada vez mais pelo mundo. “O espírito do toyotismo torna-se, naquelas determinadas condições histórico-concretas, um valor universal para o capital em processo.” (ALVES, 2011, p.58). Este modelo desta maneira consegue satisfazer as condições de concorrência e de valorização do capital.

É importante salientarmos, entretanto, que esse modelo não representa uma ruptura com o sistema fordista, mas sim uma continuidade:

Tanto o fordismo, como o taylorismo, busca fazer a utilização científica da matéria viva, o trabalho vivo; todos eles, em maior ou menor proporção, estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista. Apesar do toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho, o que implica considera-lo uma continuidade com respeito ao fordismo, ele tenderia, neste caso, a surgir como um controle de novo tipo de elemento subjetivo da produção capitalista. (ALVES, 2011, p.62).

Dadas essas direções, caminharemos a partir da contextualização do mercado de trabalho com a ascensão do modelo Neoliberal no mundo e no Brasil. Pochmann (2001) aponta que:

Quanto mais dóceis os governos, e submissos à lógica de exploração intensiva de trabalho, mais dependente são suas políticas macroeconômicas nacionais. Programas macroeconômicos de integração subordinada e passiva, por meio de políticas neoliberais de liberalização comercial sem critério,

enxugamento do Estado, desnacionalização da economia e especialização produtiva, com vistas a atrair o investimento estrangeiro. Junto a isso, vem uma política de reformulação social e do trabalho. A desregulamentação do mercado de trabalho serve de caminho a flexibilização dos contratos, redução do poder sindical e corte de salários (POCHMANN, 2001, p.29).

Essa citação demonstra um aprofundamento de cenário que traçamos anteriormente, ou seja, se na crise dos anos de 1970 o sistema capitalista passou por uma série de reformas de modo a flexibilizar o trabalho, o advento do Neoliberalismo segue nesta mesma tendência e associa-se a ela. Junto a isso, temos que a integração do sistema econômico mundial é realizada por meio de uma maior competição entre as nações. A especialização nas atividades produtivas seria um pré-requisito para esta competitividade em um contexto de suposto livre comércio mundial, soma-se a isso a desregulamentação dos mercados financeiros, de produtos e do trabalho. Esta composição por si só gera uma

(...) natureza de funcionamento das relações internacionais articulada por relações de dominação e dependência, o que possibilita a imposição de algumas nações sobre outras. Assim, a subordinação das nações decorre da natureza concentradora dos poderes político-militar, financeiro e tecnológico durante a dinâmica do desenvolvimento capitalista (POCHMANN, 2001, p.32).

Assim, podemos perceber qual a posição do Brasil e da América Latina dentro desse processo, inclusive no que concerne a divisão internacional do trabalho. Portanto, trabalharemos também com a noção de centro e periferia dentro do sistema capitalista; em que o centro da economia mundial representa a concentração de poder de comando sendo predominantes as atividades de controle do excedente das cadeias produtivas e da produção e difusão de novas tecnologias; já a periferia assume um papel secundário na estrutura de poder mundial, sendo subordinada às lógicas financeiras e creditícias, dependente da geração e absorção tecnológica.

#### 4. FLEXIBILIDADE, TRABALHO E GÊNERO

Chegamos até aqui com uma reflexão acerca do conceito de flexibilidade, que ganhou força a partir do modelo japonês ou toyotista de produção e com as políticas implementadas a partir da crise dos anos de 1970. A partir dos anos 1980 já estava incorporada na organização do trabalho e da produção, no mercado de trabalho, e ao próprio tempo de trabalho (trabalho de meio período e de tempo parcial). Segundo Hirata (2007), essas práticas de gestão da mão-de-obra andam juntas com as práticas de precarização do mercado de trabalho.

O desenvolvimento dessa prática de trabalho flexível se deu de maneira diferente no mundo, conforme já apontamos as diferenças nos processos de industrialização e na divisão internacional do trabalho; assim por um lado, nos países europeus, América do Norte e Japão o trabalho em tempo parcial se desenvolveu grandemente, enquanto nos países do Sul, essa modalidade de trabalho se traduziu no crescimento do trabalho informal (Hirata, 2007, p.92). No Brasil, especificamente, passamos a ter, na década de 1990, uma regulação do trabalho temporário, mas que à época foi preterido em relação ao trabalho informal.

Não podemos nos esquecer que essa desregulamentação do trabalho se dá pela ótica da empresa visando melhores condições para si diante do mercado de trabalho. Se por um lado, a flexibilidade se dá nos âmbitos internos e funcionais, ou seja, no funcionário se inserindo numa organização produtiva fundada na variedade e no volume e tipo do seu trabalho, por outro também temos a diversificação e a multiplicação dos espaços de trabalho, o trabalho domiciliar, o trabalho a distância e empresas terceirizadas e todos esses rearranjos implicam diretamente da divisão sexual do trabalho, portanto é aqui que devemos compreender a dimensão dessa reestruturação.

Primeiramente, temos a importância da tecnologia para este processo. A difusão tecnológica tem seu paradigma principal no Japão, já que esse modelo de produção em massa flexível se desenvolveu no país entre 1960 e 1970, estamos falando do modelo Toyotista de produção, como explanado na seção anterior. Hirata (2007) aponta que no Japão, esse tipo de trabalho favoreceu a divisão sexual e social do trabalho, assim os homens ficaram com os trabalhos estáveis, com laços empregatícios formais, enquanto as mulheres ficaram com as diferentes modalidades de trabalho precário e sem responsabilidades contratuais; da mesma maneira nos contextos de subcontratação, nos países mais periféricos contam com a mão-de-obra feminina, ou seja a precarização caminha junto aos tipos de trabalho desempenhados pelas mulheres.

A autora ainda ressalta que a flexibilização do trabalho exige padrões nos comportamentos sociais, afinal como argumentamos acima os tipos de emprego, em seu volume e tempo e sua flexibilidade são garantidas pelas mulheres, já que a chamada *flexibilidade interna*, rotação de tarefas, integração e trabalho em equipe são de função masculina, e a *flexibilidade externa*, empregos precários, trabalho em tempo parcial, horários flexíveis são de função feminina, ou seja, há uma legitimação social para o emprego das mulheres em durações mais curtas, devido a conciliação entre vida familiar e vida profissional, ditas de responsabilidade majoritária do sexo feminino; assim como os próprios salários das mulheres são interpretados como complementares do salário dos homens, portanto a flexibilidade aumenta a desigualdade entre homens e mulheres em suas condições de trabalho (Hirata, 2007, p.104). Vivemos em uma sociedade que naturalizou as ações do cuidado como responsabilidade feminina, daí a suposta vantagem de trabalhos *part-time*, por exemplo, para as mulheres.

No Brasil, de acordo com Krein (2007), o processo de flexibilização das relações de trabalho, ocorreu, principalmente, a partir dos anos de 1990 e se somou a um mercado de trabalho já caracterizado pela alta rotatividade e por desigualdades. Segundo o autor essa flexibilização deu maior liberdade às empresas para despedirem e contratarem os funcionários, modificarem as funções e as atividades, alterarem os salários conforme a produtividade e ajustarem o tempo de trabalho. Tal situação, em relação aos e as trabalhadoras tornaram-se ainda mais precárias com as alterações realizadas na regulamentação trabalhista ocorridas em 2017 (LEITE, 2018).

Segundo Freitas (2016) é diante de todas essas transformações que o setor de serviços, por exemplo, foi impulsionado caracterizando uma das maiores transformações no mundo do trabalho. Uma série de mudanças sociais, econômicas e culturais gerou uma demanda crescente por diferentes tipos de serviços, contribuindo com o desenvolvimento do setor, o qual é hoje um dos principais responsáveis pela inserção e formalização da mão de obra feminina.

Temos, a partir daqui um novo conceito de argumentação, a divisão sexual do trabalho; até o momento trabalhamos com o conceito de divisão do trabalho sob as óticas da cadeia de serviços entre as empresas, o modo de trabalho na fábrica, seja ele fordista ou taylorista, mas não abordados o componente de gênero dessa questão.

Segundo Hirata:

O termo “divisão sexual do trabalho” aplica-se a duas acepções de conteúdos distintos. Trata-se(...) de uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos. (HIRATA, 2007, p.596).

Assim, nesta pesquisa vamos utilizar esse termo para denotar essa problemática. Ainda devemos perceber com a divisão sexual do trabalho, que essas desigualdades são sistemáticas e que essa diferenciação é utilizada como forma de hierarquizar as atividades, para criar um sistema de gênero. (Hirata, 2007, p.596).

Importante ressaltar que trabalho e gênero é um tema clássico das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia do Trabalho. No Brasil há um estudo pioneiro a esse respeito que merece ser destacado que é de Elisabeth Souza-Lobo intitulado *A Classe Operária tem Dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, seus estudos são marcados pelo pioneirismo trazido pelas suas pesquisas, reflexões e ações políticas que resultaram no livro citado que foi postumamente publicado reunindo uma série de reflexões elaboradas entre 1982 e 1991. Nelas as relações sociais são focalizadas a partir de pontos de vista de classe e gênero, quebrando a concepção, até então presente, de certa homogeneidade da classe. Souza-Lobo aponta as assimetrias salariais, postos e cargos ocupados, de funções desempenhadas no mercado de trabalho, bem como os tempos sexualmente diferenciados despendidos na conciliação com afazeres domésticos pelos quais as mulheres, como se verá mais à frente, vêm respondendo, sem visibilidade ou reconhecimento, no bojo da lógica da divisão sexual do trabalho.

Gonçalves et. al. (2016, p.24/5) destacam que Souza-Lobo avançou para além da problematização da divisão sexual do trabalho,

(...) justamente por atentar para as assimetrias que se encobrem nas formas de dominação de classe. Neste sentido, sua preocupação esteve voltada para reflexões sobre as relações de trabalho, sob uma perspectiva multidimensional, com forte preocupação pela multiplicidade de sujeitos relacionados ao processo produtivo, além de refletir sobre a própria identidade das/os trabalhadoras/es. A utilização da categoria gênero, por essa autora, revela abordagens que não se limitam à dimensão exclusiva das relações sociais, mas que estejam atentas às práticas coletivas. Deste modo, para ela, a categoria gênero implica a problematização da subjetividade e também as identidades presentes no mundo do trabalho.

Nesse processo encontramos outra autora relevante para os estudos brasileiros, já citada neste trabalho, trata-se de Helena Hirata ressaltando a lacuna em muitos estudos sobre o mundo do trabalho, a reestruturação produtiva e a acumulação flexível que

relegam a dimensão sexuada do trabalho a plano secundário fechando os olhos para uma realidade heterogênea e marcada por desigualdades.

Deste modo para a autora

(...) a introdução da categoria gênero faz-se necessária, pois as condições de trabalho e de emprego, as situações de trabalho, as formas de inserção na atividade de mulheres e homens variam consideravelmente segundo o sexo da mão de obra. Isso pode levar a duas consequências: a primeira, no plano analítico, é que a introdução de uma perspectiva sexuada faz ‘explodir’ a unidade ‘categorial’ da empresa, as relações de gênero e a divisão entre os sexos atravessam a sociedade e não apenas o espaço da empresa; a segunda, no nível analítico, é que a introdução da dimensão gênero questiona fortemente as ciências sociais, que partem, nas suas elaborações teóricas, da figura do trabalhador homem como encarando o universal (HIRATA, 1998, p.07)

No cenário mais recente Kergot (2016) e Hirata (2016) trazem relevantes contribuições para a análise das questões de gênero para o campo da Sociologia do Trabalho e apontam, sobretudo para as segmentações e hierarquizações entre as atividades ditas masculinas e femininas, assim como as fraturas entre os mercados de trabalho femininos, aqueles em que as mulheres vencem, ganham a vida, e aqueles em que elas são submetidas a empregos precários, incertos, até indecentes (ABREU; HIRATA; LOMBARDI, 2016, p.13). Deste modo o campo abordado por essas autoras diz respeito a questões como: segregação ocupacional, disparidades salariais, divisão sexual do trabalho, precariedade, subemprego, trabalho doméstico e trabalho das domésticas.

Por conta das limitações da pesquisa trabalharemos apenas com as segmentações de sexo e raça, não conseguindo abordar por exemplo, questões acerca da realidade das mulheres transgêneros, mulheres deficientes, mulheres lésbicas, entre outras categorias que tangem toda a diversidade da realidade humana. Portanto, é essencial que fique evidente que estamos trabalhando com mulheres cisgêneros<sup>1</sup>, ou seja, que se identifica com seu gênero de nascença; e a segmentação de raça entre negros e brancos.

#### **4.1. TRABALHOS DE HOMEM, TRABALHOS DE MULHER**

Neste ponto, realizaremos uma análise dos tradicionais empregos e ocupações direcionados às mulheres, de forma a entender como se dá a hierarquia de gêneros no mundo do trabalho. O Brasil terá um especial enfoque nesta análise, procurando demonstrar semelhanças e diferenças da realidade do mundo do trabalho e das relações

---

<sup>1</sup> Mulheres cisgênero são aquelas em consonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, enquanto mulheres transgênero são aquelas em dissonância entre o sexo anatômico e a expressão de gênero, como travestis e transexuais (ALVES, 2017, p.1).

de gênero. Aqui também, cabe ressaltar que apresentaremos alguns dados para endossar nossas argumentações, apesar destes aparecerem mais detalhados e organizados à frente. Para fins de comparação entre realidades distintas, utilizaremos alguns dados referentes ao caso da França, principalmente por se tratar de um país com uma estrutura socioeconômica diferente do Brasil.

Na França, o trabalho das mulheres se assenta no chamado “salário extra” sob a argumentação que este trabalho não seria vital, pois elas podem contar com um homem provedor. Essa definição também é válida para outras realidades, como a brasileira. Este modelo tradicional familiar sempre pesou e continua pesando sobre o salário e a carreira das mulheres, mesmo agora no século XXI e isso não apenas na França, mas também em outros países europeus (HIRATA, 2016).

Silveira (2016) aponta argumentos que justificam essa situação do “salário extra”, que se daria acima de tudo porque não trabalham tanto tempo e nem ocupam os mesmos cargos que os homens. O tempo parcial se tornou a principal explicação das disparidades, aliado a comparação da hora-trabalho realizado, sem considerar o total de tempo trabalhado, dentro e fora de casa e essa concepção é válida também na realidade brasileira.

Nos trabalhos de tempo parcial temos que na França, 80% dos empregos em tempo parcial (dados com o ano base 2015) são ocupados por mulheres (Silveira, 2016, p.85). No Brasil, uma parcela do trabalho em tempo parcial não corresponde a uma demanda dos trabalhadores, mas à oferta de emprego em setores feminizados (comércio, assistência pessoal, limpeza, etc.). Se o tempo parcial é tão feminizado, é porque ele se desenvolveu no quadro de certos limites, como o peso do trabalho doméstico designado às mulheres e a especialização dos papéis sociais, a essa citada oferta de trabalho de tempo parcial nos setores feminizados e a política de emprego, por exemplo. Sem nos esquecermos que o trabalho em tempo parcial, inclusive voluntário, traz junto a ele, salários parciais, promoções parciais, progressões de carreiras parciais, acesso parcial à formação e aos bônus, e também aposentadorias parciais (SILVEIRA, 2016, p.86). Vale ressaltar aqui que esse trabalho parcial relegado às mulheres ajuda também a precarizar o trabalho e o salário dos homens, sobretudo em momentos de crise.

As mulheres também se encontram, na França (dados de 2015) em poucas profissões e setores de empregos qualificados. Elas são sobretudo secretárias, funcionárias administrativas no setor público, enfermeiras, auxiliares de enfermagem, vendedoras, auxiliares de saúde domiciliares, professoras e funcionárias de limpeza;

profissões cujos salários são globalmente mais baixos. No que se refere aos bônus recebidos pelas trabalhadoras, estes também ficam limitados, por conta do critério de disponibilidade, o que acaba penalizando as mulheres que têm obrigações familiares (SILVEIRA, 2016, p.85).

Assim, nota-se com o caso francês, certas semelhanças com o caso brasileiro no que concerne ao tipo de atividades exercidas pelas mulheres, bem como a concepção de “salário extra” e “salário complementar”, dadas as responsabilidades com os trabalhos domésticos das trabalhadoras.

Para o caso brasileiro, grande parte da PEA (População Economicamente Ativa) possui um histórico de ocupações em trabalhos de baixa produtividade e de precárias condições (POCHMANN, 2014), a maior parte das vagas de emprego criadas no período de ascensão do neoliberalismo, ou seja, no começo dos anos 1990, não foram do tipo assalariado formal, mas sim do tipo informal. Também se notou que os níveis de desemprego brasileiro atingiram principalmente jovens; mulheres; negros; pessoas sem qualificação; analfabetos e com pouca experiência de trabalho (Pochmann; 2001).

Leite (2018, p.7), aponta em síntese que:

(...) o início dos anos de 1990, no Brasil, foi marcado por: desemprego crescente, precarização e terceirização do trabalho, redução de direitos, diminuição de salários, endividamento dos Estados, imposição de políticas monetaristas e planos de austeridade advindos da adesão ao “Consenso de Washington”, instaurando-se, deste modo, a reestruturação do capitalismo em nosso país. As consequências dessas políticas, ditadas do exterior, se fizeram sentir em várias áreas.

Vamos nos ater ao nosso recorte proposto, os níveis de emprego das mulheres.

Começamos com a seguinte argumentação: o acesso ao trabalho assalariado por parte das trabalhadoras, significa um avanço no empoderamento destas mulheres, pois isso gera uma autonomia frente à instituição familiar (FALQUET, 2016, p.37). Porém, quais são estes trabalhos? Uma parte do trabalho das mulheres parece sair do contexto conjugal-familiar para ser realizado de maneira remunerada no mercado de trabalho, assim, apesar de uma possível autonomia conquistada pelo poder salarial, isso não significa que a lógica do trabalho doméstico e de cuidado tenha sido deixada de lado e tão pouco deixado de ser atribuída a responsabilidade praticamente exclusiva das mulheres:

A apropriação privada e a apropriação coletiva das mulheres não são contraditórias, mas tornam-se francamente solidárias um em relação à outra. As condições de assalariamento das mulheres são tais que elas devem, além de trabalhar fora de casa, permanecer a serviço dos homens na família (FALQUET, 2016, p.40).



Dado este contexto, vamos fazer uma breve análise da mercantilização do trabalho feminino no Brasil.

No Brasil, até o fim dos anos 1960, a maioria dos indivíduos em idade para trabalhar obtinha sua sobrevivência sem recurso à mercantilização do trabalho. Passados cinquenta anos, esse quadro se reverteu: seis em cada dez brasileiros estavam premidos a engajar-se na atividade econômica para viver em 2010. Mas foi apenas a partir dos anos 1980 que mais da metade daqueles em idade para trabalhar (oferta potencial) passou a engajar-se no mercado de trabalho, fosse como ocupados, fosse como desempregados (oferta efetiva do trabalho). (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p.72)

Esse movimento esconde a característica que essa mercantilização do trabalho se declina na mão de obra feminina. Segundo Guimarães e Brito, com base nos dados censitários brasileiros (IBGE), observa-se que meio século atrás (falando a partir do presente momento de 2018) o mercado de trabalho brasileiro era um domínio dos homens. Em 1960, quase oito em cada dez homens aptos a trabalhar buscavam neste mercado seu meio para sobreviver, contra menos de duas em cada dez mulheres (GUIMARÃES; BRITO, 2016, p.72).

Os autores também apontam, com base nos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio) que o engajamento feminino na taxa de atividade foi de 36,9% para 53,4% entre 1985 e 1995, enquanto a taxa masculina pouco se alterou, passando de 76% para 78,3%. Portanto, a participação na PEA por parte das trabalhadoras elevou-se no período analisado, ou seja, período de forte crise econômica no país. Tal movimento possui implicações importantes em outras dimensões sociais, como por exemplo, o comportamento demográfico, os ganhos de escolaridade e as transformações na regulação dos papéis de gênero na sociedade (GUIMARÃES; BRITO, 2016).

Assim, podemos inferir que este engajamento da mão de obra feminina na sociedade brasileira contribui para a transformação social dos papéis de gênero, ao elevar o protagonismo destas trabalhadoras no seu sustento próprio e/ou familiar. Apesar disso, como analisaremos mais à frente, algumas funções tradicionalmente atribuídas às mulheres continuam pesando na vida destas, tanto na execução do trabalho assalariado como no trabalho doméstico e de cuidado, o que evidencia o conceito de precarização trabalhado na pesquisa.

Continuamente, segundo estes autores, temos uma mudança do perfil das trabalhadoras neste contexto. A partir de 1970 a mulher brasileira que tentava entrar no mercado de trabalho era majoritariamente jovem, solteira e sem filhos. Em meados dos anos 1990, ela tornou-se mais velha, casada e mãe, também por conta da crise

econômica e do arrocho salarial deste período. Essa mudança de perfil vem com a persistência de alocação das trabalhadoras sob padrões segregacionistas de ocupação, com as mulheres executando atividades ditas femininas como, por exemplo, serviços pessoais, administração pública, ensino e saúde, e nas denominadas atividades de cuidado; há também incursões de mulheres em serviços de reparação e serviços auxiliares, mas numa proporção menor, trabalhos estes atribuídos geralmente aos homens. Por último, em 1993 estima-se que 40% da força de trabalho feminina estava em condições que sugerem a existência de trabalho precário (GUIMARÃES; BRITO, p.76 e 77. Trazendo algumas informações mais recentes o estudo do IPEA “Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014” aponta que quase 40% das mulheres negras trabalham em condições precárias, em comparação a mulheres brancas (26,9%) e os homens negros (31,6%) (IPEA; 2016).

## **5. ANÁLISE DE DADOS**

Realizamos, até agora, uma análise da realidade das trabalhadoras frente a história econômica mundial e as transformações do mundo do trabalho. Cabe aqui a importância de evidenciarmos a importância do papel dos movimentos feministas frente aos avanços na superação das desigualdades de gênero, para que não fique apenas colocado que as transformações do Capitalismo possibilitaram mudanças nesta estrutura, mas sim foram e são fruto de lutas sociais constantes por parte de diversas mulheres.

Chegou o momento, portanto, de explorarmos algumas bases de dados que corroborem nossa argumentação. Teremos especial foco no Brasil, colhendo dados que passam pelos anos 1990 até 2015. Esse recorte foi escolhido, pois nos traz reflexões de momentos distintos dentro da realidade brasileira, ou seja, o advento do Neoliberalismo, no começo dos anos 1990, conforme já demonstramos anteriormente, até a tentativa de uma política que se propunha questionar alguns fundamentos neoliberais, sobretudo em termos sociais. Traremos principalmente dados referentes a rendimentos, educação, trabalho doméstico, entre outros, sempre conjugando a visão quantitativa com a qualitativa.

Mesmo que nas partes anteriores da pesquisa tenhamos nos restringido a transformação do mundo do trabalho, no que se refere sobretudo à sua flexibilização, os dados aqui presentes têm por objetivo traçar um parâmetro mais atualizado, de acordo com os dados que escolhemos trabalhar.

Assim, entender a flexibilização do trabalho a partir da chamada crise dos anos 1970, nos ajuda a compreender o regime de flexibilização do mercado de trabalho, com suas devidas especificidades no âmbito mundial e nacional.

Quando escolhermos trabalhar com dados estatísticos é preciso tomar alguns cuidados, e principalmente especificar bem o objetivo daquele dado aplicado ao estudo, assim além de uma análise quantitativa e descritiva dos dados, traremos uma abordagem qualitativa de forma a problematizar algumas especificidades presentes na relação entre eles.

Essas especificações são importantes e necessárias conforme exploramos na pesquisa, pois a realidade do trabalho feminino no mundo envolve as questões do trabalho produtivo e reprodutivo, os trabalhos em relação ao cuidado juntamente com os recortes de classe e de raça, entre outros, que podem não ficar evidentes numa análise predominantemente quantitativa. Essa preocupação também é consoante à proposta da pesquisa, que busca aliar e trazer ao debate da Economia as questões de gênero, conforme acentuamos nos objetivos desta pesquisa/monografia.

Para compreendermos as mudanças na sociedade brasileira, inicialmente vamos demonstrar a evolução do salário mínimo no Brasil dentro do período proposto:

**Tabela 1 - Evolução do salário mínimo<sup>2</sup> em reais(R\$)**

Ano	1995	2001	2006	2012	2016
Valor(R\$)	100,00	180,00	350,00	622,00	880,00

Fonte: Previdência Social-  
Elaboração própria

A importância de analisarmos o salário mínimo está no fato de que este possui efeitos sobre o desempenho do mercado de trabalho, principalmente no que tange o nível de estrutura do emprego do setor formal do mercado, ou seja, melhora suas condições de regularidade. Ainda, possui um efeito sobre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, pois pode funcionar como medida de referência no reajuste destes salários. Assim, há um impacto no mercado de trabalho como um todo, com reflexos sobre a taxa de desemprego, grau de formalização e composição do emprego (FOGUEL, 1998, p.6). Portanto podemos perceber com os dados acima, a evolução do salário mínimo e a mudança na estrutura do mercado de trabalho nacional, pois conforme apontamos anteriormente, muitos dos postos de trabalho criados no começo

---

<sup>2</sup> Valores nominais

da década de 1990 a 2000 foram de caráter informal<sup>3</sup>, com significativa mudança no decorrer dos anos.

A tabela a seguir demonstra essa relação para os anos considerados. Podemos perceber que o grau de informalidade foi decrescendo conforme os anos apresentados. Acrescenta-se, ademais, que a questão do trabalho formal/informal exerce impacto também em relação ao sistema de previdência.

**Tabela 2- Brasil: Ocupação formal e informal 1993-2013**

	1993	1999	2004	2009	2013
<b>Formal</b>	38%	37,90%	41%	46,30%	51,50%
<b>Informal</b>	62%	62,10%	59%	53,70%	48,50%

Fonte: PNAD apud Vasconcelos- Elaboração Própria

Para Vasconcelos (2015, p.10 apud Leite (2011):

(...) tais resultados revelam a tendência à manutenção do elevado nível de informalidade no mercado de trabalho durante os anos 1990, resultante da implementação de políticas neoliberais que foram postas em prática de forma mais evidente nessa década, e que em grande medida, resultaram no aumento do desemprego e na perda do valor real dos salários.

Sobre os anos 2000, Vasconcelos (2015, p.12 apud Duarte 2006) aponta que:

Duarte (2006) ressalta três fatores institucionais que, embora não sejam geradores de emprego, também colaboraram para a formalização nos anos 2000: i) melhoria na fiscalização; ii) mudanças na legislação trabalhista que beneficiaram os segmentos tipicamente precarizados, como os trabalhadores terceirizados e os trabalhadores domésticos; e iii) a drástica redução do trabalho infantil.

O que demonstra o papel das políticas públicas durante os anos dos governos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2009) e da Presidenta Dilma Rousseff (2010-2016) para a melhoria da qualidade do emprego no Brasil.

Outro dado importante para entendermos essa estruturação é a evolução da PEA (População Economicamente Ativa) durante o período. A PEA compreende a potencial mão-de-obra disponível no setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: população ocupada - aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho, mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). As pessoas ocupadas são classificadas

<sup>3</sup> Para trabalhos formais e informais trabalhistas com a definição do IBGE, ou seja, trabalhos formais são trabalhos com carteira assinada e trabalhos informais são trabalhos sem carteira assinada (IBGE, 2016).

em: empregados, ou seja, aquelas pessoas que trabalham para um empregador ou mais, cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.). Incluem-se, entre as pessoas empregadas, aquelas que prestam serviço militar obrigatório e os clérigos. Os empregados são classificados segundo a existência ou não de carteira de trabalho assinada. Já as populações desocupadas são aquelas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam à procura de trabalho (IBGE; 2015). Assim temos:

**Tabela 3 - PEA de 16 anos ou mais de idade, por sexo, cor/raça, Brasil, 1995 a 2015**

<b>Total/Ano</b>	<b>1995</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>
<b>Total</b>	<b>68.377.143</b>	<b>81.057.522</b>	<b>94.207.729</b>	<b>99.990.963</b>	<b>103.281.385</b>
Total Branco	38.403.659	44.360.801	48.017.829	47.423.075	47.244.134
Total Negro	29.973.484	36.696.721	46.189.900	52.567.888	56.037.251
Homem branco	22.428.864	25.124.147	26.227.131	25.973.131	25.756.628
Mulher branca	15.974.795	19.236.654	21.790.698	21.449.944	21.487.506
Homem negro	18.101.010	21.767.995	26.656.071	30.584.155	32.289.069
Mulher negra	11.872.474	14.928.726	19.533.829	21.983.733	23.748.182

Fonte: IBGE/PNAD/IPEA- Elaboração Própria

Podemos perceber uma evolução do índice como um todo, porém é interessante denotarmos o incremento da PEA feminina e também como o total da PEA de pessoas negras ultrapassou o total da de pessoas brancas, e que o número de mulheres negras também ultrapassou o de brancas durante os anos analisados. Isso é resultado de maiores políticas públicas de acesso à educação, durante o período a partir de 2003 (IPEA, 2013, p.56). Porém esses resultados também nos mostram um recorte de raça importante no Brasil no que se refere à análise das disparidades. Segundo estudo do IPEA intitulado: “Dossiê Mulheres Negras, retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil”:

A rigidez racial aparece nas chances de mobilidade, na maior desigualdade e na maior desigualdade racial entre os mais escolarizados, em posições ocupacionais de maior status e na maior probabilidade de perder posição social. Em resumo, as desigualdades raciais se revelam tanto na busca pelo emprego - com elevada taxa de desemprego para os negros - como na competição social por espaços e posições de poder - como a condição de empregador, de proprietários, posições de comando e chefia. (IPEA, 2013, p.54).

Assim, quando nos referimos às mulheres negras é preciso procurar identificar

em que medida a sobreposição dos atributos de raça e gênero configura o perfil socioeconômico deste grupo.

Vamos nos ater a duas características que julgamos principais: o acesso ao mercado de trabalho e a educação, pois esperamos haver correlação entre nível educacional e rendimentos. Diversos autores dentro da Economia e de outras Ciências Sociais apontam essa relação. Segundo Viana e Lima (2010, p. 3, apud SCHULTZ, 1964):

(...) a qualificação e o aperfeiçoamento da população, advindos do investimento em educação, elevariam a produtividade dos trabalhadores e os lucros dos capitalistas, impactando na economia como um todo. Diante disso, a inclusão do capital humano nos modelos de crescimento econômico é uma questão chave para se compreender a dinâmica da economia no longo prazo, uma vez que, até então, esse fenômeno era explicado somente pelo capital natural e capital construído existente entre regiões e países.

De acordo com esta visão, anos a mais de estudo deveriam gerar rendimentos maiores da população. Assim, considerando nosso recorte de gênero, temos os seguintes dados para o Brasil:

**Tabela 4 - Total (%) de pessoas com 11 anos ou mais de estudo, por sexo, Brasil-1992/2015**

<b>ANO</b>	<b>HOMENS</b>	<b>MULHERS</b>
1995	14,4	16,4
2001	20,1	23,2
2006	27,2	31,0
2012	34,2	38,7
2015	37,1	42,2

Fonte: IBGE- Elaboração Própria

No que se refere ao mercado de trabalho, é preciso considerar que por um lado houve um crescimento significativo no nível de emprego, impulsionado pelo maior acesso à educação, dada a tabela anterior ao longo dos anos. Esse fato contribuiu para a inserção das mulheres em trabalhos não manuais, com maior formalização e melhores rendimentos. Porém, para pessoas com baixa escolaridade persiste uma alta informalidade e menor renda. As mulheres que possuem nível superior e começam a ocupar posições de empregos com melhor rendimento são predominantemente brancas, enquanto no serviço doméstico predominam as mulheres pretas e pardas. As mulheres de classe baixa, majoritariamente negras, alocam-se em empregos domésticos, de prestação de serviços, enquanto as mulheres de classe média e majoritariamente brancas ocupam cargos na prestação de serviços, áreas administrativas e educacionais. (IPEA, 2013, p.56). Essas ocupações refletem os níveis de rendimento da população, exposto a

seguir:

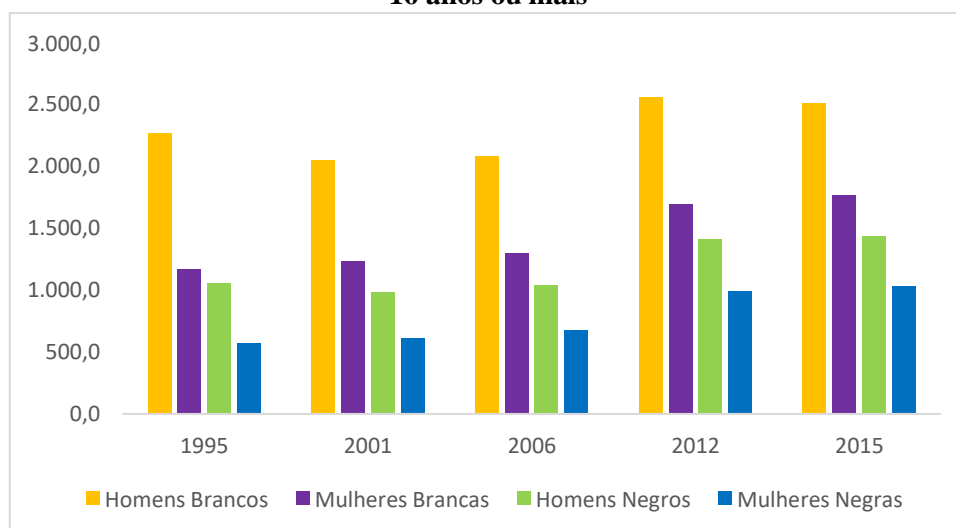
**Tabela 5 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça, Brasil, 1995 a 2015**

<b>Categoria/Anos</b>	<b>1995</b>	<b>2001</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>	<b>2015</b>
Homens Total	1.724,1	1.554,6	1.556,5	1.938,8	1.913,8
Mulheres Total	912,8	961,8	1.007,6	1.339,6	1.383,7
Homens Brancos	2.262,6	2.046,3	2.077,3	2.556,6	2.509,7
Mulheres Brancas	1.164,0	1.228,2	1.298,3	1.694,9	1.765,0
Homens Negros	1.052,6	978,0	1.040,9	1.411,7	1.434,1
Mulheres Negras	570,3	605,9	675,5	985,4	1.027,5

Fonte: IBGE/IPEA- Elaboração Própria

Assim, percebemos uma hierarquia na estrutura de rendimentos brasileira para o período posto. As mulheres negras são as que mais sofrem com a disparidade no nível de rendimento para os anos apresentados. Essas diferenças significativas apontam que a combinação dos atributos de gênero e raça, leva a uma grande disparidade na inserção do mercado de trabalho. O gráfico a seguir foi construído com os mesmos dados para termos dimensão da disparidade de grandeza entre os rendimentos.

**Gráfico 1 - Rendimento Médio Mensal no Trabalho Principal da População Ocupada de 16 anos ou mais**



Fonte: IBGE/PNAD/IPEA- Elaboração Própria

Mesmo com essas disparidades apontadas, é evidente a melhora dos rendimentos dessa população dentro dos anos analisados, com uma variação de 52% nos rendimentos das mulheres brancas e de 80% no nível de rendimento das mulheres negras (considerando o ano de 1995 e 2015 como bases). Portanto, podemos perceber que as mulheres, de maneira geral, possuem mais anos de estudo se comparadas ao total de

homens, para todos os anos analisados, e mesmo assim possuem menores rendimentos de acordo com os dados anteriormente expostos. Ferro e Cantieri (2018, p.63) apontam que:

(...) o retorno do investimento em educação das mulheres é menor, uma vez que estas alocam mais tempo para o trabalho doméstico, além de sua remuneração ser menor em mesmos postos de trabalho, sofrendo discriminação (...) a mulher, é sistematicamente relegado a atividades de retornos de profissionalização desvantajosos.

Agora vamos expor alguns dados em relação aos grupamentos de atividades em que o total da população de homens e mulheres se insere, procurando evidenciar a disparidade entre as funções desempenhadas<sup>4</sup>:

**Tabela 6 - Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo o sexo e os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2001/2015**

Sexo e grupamentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)							
	2001	2003	2005	2007	2009	2012	2014	2015
<b>Homens</b>								
Construção	11,6	11,1	11,2	11,6	12,9	15,0	15,9	15,4
Educação, saúde e serviços sociais	3,5	3,5	3,5	3,7	4,0	3,9	4,3	4,6
Serviços domésticos	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,9	0,9	0,9
Agrícola	23,0	23,0	22,0	20,0	19,1	16,4	16,0	16,0
Indústria de transformação	15,0	14,7	15,3	16,1	15,2	14,5	13,6	12,9
<b>Mulheres</b>								
Construção	0,5	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6	0,7	0,7
Educação, saúde e serviços sociais	17,1	16,9	16,5	17,2	16,9	17,7	18,4	19,5
Serviços domésticos	17,9	17,3	17,2	16,5	17,0	14,8	14,0	14,3
Agrícola	15,6	15,6	14,9	13,0	11,5	9,1	9,9	8,9
Indústria de transformação	12,2	12,2	12,6	12,5	12,5	11,7	10,9	10,5

Fonte: PNAD- Elaboração Própria

Conforme mostrado na tabela, existe uma clara divisão entre as atividades desempenhadas por homens e mulheres. Kon, 2005, p.7; Hirata & Kergot, 2007, p.603 (apud Cantieri e Ferro, 2018, p.4) ainda apontam que:

Tais resultados corroboram a ideia de que a diferença de salários entre os gêneros é um dos principais mecanismos de flexibilização do mercado de trabalho, verificando-se a existência de vantagens de contratação e salários para homens.

Os ramos de atividade e ocupações definem os postos existentes e respectivos perfis de qualificação e habilidades. A segregação ocorre em função das escolhas acerca da inserção dos trabalhadores nas empresas, tanto no lado da

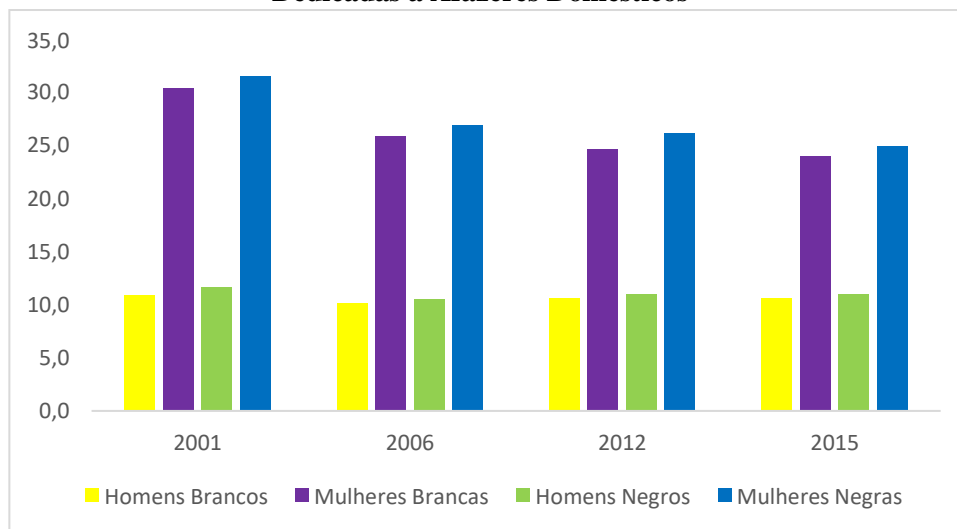
<sup>4</sup> Para a tabela 6 separamos apenas algumas categorias que interessavam para a análise, portanto a soma dos valores apresentados na tabela não é 100%. A tabela completa pode ser encontrada nas referências.



oferta quanto da demanda de mão-de-obra. Do lado da demanda, um fator ainda considerado importante pelas empresas é a capacidade feminina de “conciliar” o trabalho doméstico com o no mercado.

Sendo assim, podemos analisar as horas dedicadas em trabalhos domésticos. O gráfico a seguir mostra as horas dedicadas em afazeres domésticos conforme as categorias selecionadas:

**Gráfico 2 - Média de Horas Semanais Dedicadas a Afazeres Domésticos**



Fonte: IBGE/PNAD/IPEA- Elaboração Própria

Assim, percebemos que as mulheres negras e brancas são a parcela da população mais dedicada aos afazeres domésticos, corroborando a citação apresentada acima. Abramo e Valenzuela (2016; p.113) apontam sobre essa relação que:

A possibilidade de uma articulação mais equilibrada entre o trabalho e a vida pessoal e familiar é uma dimensão estratégica central para a promoção da igualdade de gênero no mundo do trabalho e está intrinsecamente relacionada ao conceito de trabalho decente. Os mecanismos tradicionais de divisão entre o trabalho produtivo e reprodutivo hierarquizam a sociedade e o mercado de trabalho e reproduzem as desigualdades e discriminações de gênero.

Para quebrar a lógica imposta ao papel feminino do cuidado com o trabalho doméstico e com os filhos é essencial o reconhecimento e participação dos homens nestas atividades de forma paritária, por conta dos seus fins práticos e simbólicos, o que no Brasil de 2018 parece ser uma demanda muito longe de encontrar qualquer possibilidade de atendimento, uma vez que nem mesmo durante a própria gravidez está assegurado à mulher a segurança necessária no trabalho, podendo esta desempenhar funções em locais insalubres, por exemplo (LEITE, 2018).

KON ,2002, p.101 (apud Cantieri & Ferro , 2018, p.8) demarcam que:

(...) ainda hoje mulheres são vistas como menos produtivas pelos empregadores, principalmente quando casadas, pois pressupõe-se que estas teriam de dividir seu tempo no trabalho pago com o acréscimo no trabalho doméstico ocasionado por possuir um cônjuge

De forma que:

Apesar de que essas mulheres representam uma das composições com maiores percentuais em níveis mais altos educação e de terem tido o maior incremento nessa variável entre os anos, sofrem grandes desvantagens tanto na divisão do trabalho doméstico quanto na média do valor do rendimento mensal, que obtêm no trabalho principal. Logo, o ciclo vicioso da discriminação salarial pode ser reforçado pelo acúmulo de horas trabalhadas pelas mulheres no lar (CANTIERE & FERRO, 2018, p. 10)

Informações recentes divulgadas em nota pelo IBGE (2018) apontam que as mulheres brasileiras trabalham em média 10 horas a mais do que os homens, por conta da jornada dupla de trabalho, o que reforça os estereótipos acerca das funções desempenhada pelos gêneros, e a desconsideração do papel das mulheres na reprodução da vida social e econômica, pois como apontamos ao longo do trabalho, são consideradas improdutivas devido a maioria dos indicadores apenas considerar como produtivo o trabalho desempenhado dentro do âmbito da fábrica/empresa.

## 5.1. CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS DADOS MUNDIAIS

Passando a análise sobre a realidade brasileira, faremos algumas breves considerações acerca de dados mundiais da desigualdade de gênero, baseando-se principalmente em informações levantadas pela OIT.

O relatório “Mulheres no trabalho-Tendências 2016” traz algumas reflexões, estratificadas por regiões, e de maneira agregada para o Mundo, de forma que nos oferece um panorama mais geral acerca da problemática que queremos tratar.

O estudo aponta que para o ano de 2016 as taxas de desemprego em nível mundial giram em torno de 6,2% para as mulheres e 5,5% para os homens. O relatório também mostra a característica de salário complementar das mulheres, que com a crise econômica desencadeada a partir de 2008, afetou os setores de atividade de predominância masculina e aumentou a taxa de emprego de mulheres casadas, que podem ter entrado no mercado de trabalho para compensar as perdas no rendimento familiar, demonstrando a relação de flexibilidade do mercado apontado em nosso estado. De forma similar nos anos de 1970, em que a queda na atividade econômica também afetou estes setores de predominância masculina, e passou a contratar maciçamente mão de obra feminina (OIT, 2016, p.10).

Portanto, é necessário rever qualitativamente os motivos dessa queda em relação a disparidade de gênero. É interessante notar a persistência da posição de risco que o trabalho assalariado feminino possui, pois em tempos de crise econômica é uma mão de obra utilizada principalmente em trabalhos de tempo parcial, que se constituem em trabalhos de menores salários, e menores proteções sociais. Assim, o movimento de entrada massiva de mais mulheres no âmbito do trabalho produtivo, não constitui por si só uma superação nas desigualdades.

Continuando nesta direção, aponta-se, tanto nos relatórios da OIT quanto no IPEA, que a segregação setorial é um fator que contribui significativamente para as desigualdades de gênero. As mulheres estão concentradas em empregos e profissões específicas (OIT, 2016, p.5). Segundo a OIT, considerando uma análise em 142 países, as mulheres estão majoritariamente em profissões no setor de serviços, secretariado, vendas e em profissões não qualificadas. No caso dos países desenvolvidos, as mulheres constituem mais de 60% e quase 50% do emprego nas duas profissões mais mal pagas

(OIT, 2016, p.6). Isso em decorrência da forma em que é estruturada a Divisão Sexual do Trabalho, conforme expomos anteriormente na pesquisa.

Quanto aos setores de atividade temos alguns movimentos interessantes no setor de serviços, cujo nível de atividade ultrapassou a agricultura, empregando mais mulheres e homens. Em 2015 estima-se que um pouco mais da metade da população mundial trabalhava no setor de serviços (50,1%). Sendo que desde 1995, o emprego da mão de obra feminina neste setor passou de 41,1% para 61,5% (OIT, 2016, p.5).

Pensando na economia de maneira estrutural, percebemos que a disparidade de gênero no trabalho, e a prevalência da utilização da mão de obra feminina em tempo parcial, aponta que a mulher tem um acesso limitado a proteção social do emprego, ou seja, trabalhos assalariados parciais significam direitos parciais (HIRATA. 2007). A OIT aponta que cerca de 200 milhões de mulheres em idade avançada vivem sem qualquer rendimento regular de proteção social, em comparação com 115 milhões de homens. Isso também se reflete na proteção à maternidade, já que cerca de 750 milhões de mulheres não são beneficiadas por um direito estatutário em relação à licença maternidade no mundo.

A tabela a seguir demonstra as diferenças nas disparidades de gênero, no que se refere a porcentagem de pessoas que recebem pensões<sup>5</sup> de velhice:

**Tabela 7 - Porcentagens de pessoas que recebem pensões por idade avançada, por sexo, dados agregados para o período 2008 a 2013**

	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Norte da África	63,6	8
Estados Árabes	31	3,3
Leste Asiático	86,8	66
América Latina e Caribe	66	57,1
Ásia Central e Ocidental	94,4	86,4
Europa do Norte, do Sul e Ocidental	96,6	90,1
Ásia Meridional	12	7,4
América do Norte	95,2	91,5
África Subsaariana	34,3	31
Sudeste Asiático e Pacífico	57,3	55,9
Leste Europeu	95,3	95,6

fonte: OIT- Elaboração Própria

Percebemos, com esta tabela, que o Norte da África e os Estados Árabes são as regionais em que existem maior disparidade entre as porcentagens de pessoas que

<sup>5</sup> A OIT considera o conceito de pensão diferentemente de aposentadoria, ou seja, a pessoa recebe o benefício independente de tempo de contribuição ou outros requisitos próprios do recebimento de aposentadorias (OIT, 2016)

recebem pensão. As regiões que possuem uma maior paridade entre homens e mulheres são a América do Norte, o Sudeste Asiático e Pacífico, o Leste Europeu e a África Subsaariana, com duas observações importantes neste caso: apesar de na África Subsaariana existir uma maior paridade entre o recebimento de pensões, é preciso observar o baixo nível de cobertura deste benefício, para ambos os sexos. Por outro lado, o Leste Europeu é a única região que existe uma ligeira cobertura maior das pensões para as mulheres, com uma diferença de 0,3% em relação aos homens. Isso acontece por conta da herança dos regimes socialistas ali instaurados e que influenciaram a constituição do Estado de Bem-Estar Social da região.

Quanto ao progresso educacional, a OIT aponta que em muitos países há mais mulheres do que homens com formação superior, mesmo assim o acesso ao emprego e a progressão no mercado de trabalho continuam desiguais. A organização aponta um fator importante:

As instituições e as políticas são definidas com base em papéis tradicionais de gênero, incluindo a expectativa de que os homens devem ser a única ou a principal fonte de rendimento num agregado familiar e a contínua subavaliação do trabalho na área dos cuidados. Isto continua a moldar e inibir as oportunidades no mercado de trabalho e os incentivos para as mulheres. (OIT, 2016, p.10).

Ou seja, não são os níveis de produtividade e competências pessoais que determinam o pleno acesso ao emprego, o mundo do trabalho está segregado pelos papéis que são atribuídos a mulheres e homens na sociedade. Isso vai ao encontro com as propostas analíticas deste estudo.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o desenvolvimento desta pesquisa constatamos por meio de uma análise histórica e empírica, que as desigualdades de gênero assolam o mundo do trabalho, considerando tanto a realidade brasileira como a de outros países aqui abordados. É de suma importância ressaltar que essas desigualdades ocorrem devido a qualidade do acesso ao emprego, com trabalhos ditos precarizados, mas também na comparação das horas trabalhadas entre homens e mulheres. Conforme acentuamos, a jornada dupla das trabalhadoras e a rejeição das funções de cuidado e trabalho doméstico para este sexo demonstram o quanto os estereótipos de gênero são reforçados na Divisão Sexual do Trabalho. À medida que percebemos as diferenças de rendimentos, o número de horas dedicadas ao serviço doméstico, entre outros, comprovamos a clara hierarquização entre

os gêneros que existe dentro do padrão discriminatório da sociedade. Além disso, foi possível demonstrar a confluência entre a construção da estrutura do mercado de trabalho e como a mão de obra feminina se insere nessa realidade, com claras diferenças entre mulheres brancas e negras. Ainda que nos aprofundarmos nesse assunto não tenha sido um dos objetivos dessa pesquisa, a demonstração desse fato é essencial para compreendermos as diferenças que existem nos componentes de raça e classe social, sendo necessário estudarmos essa realidade de forma conjunta.

As transformações produtivas dos anos 1970 são sentidas na contemporaneidade, e o fenômeno da precarização e flexibilização sentidas de maneira distintas entre trabalhadores e trabalhadoras.

Os dados demonstrados reforçam nossa argumentação, sendo de extrema importância para aliarmos ao debate nas ciências econômicas a necessidade da análise das interrelações entre trabalho e gênero, o que possibilitou ampliar a discussão nos âmbitos quantitativos e qualitativos, além da possibilidade e necessidade do diálogo com outras ciências sociais.

Por último, o debate estabelecido por esta monografia, nos permite explorar e problematizar a questão de gênero para além da discussão da disparidade entre homens e mulheres, permitindo futuros estudos acerca da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, já que questionamos a existência das diferenças sexuais dada de forma natural, e entendemos que essas diferenças funcionam de maneira construída socialmente, nos permitindo assim questionar esses padrões.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, A.R.P; HIRATA, H. LOMBARDI, M. R. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.
- ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **MULHERES CISGÊNERO E MULHERES TRANSGÊNERO: EXISTE UM MODELO LEGÍTIMO DE MULHER?** 2017. Disponível em: <[http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872\\_ARQUIVO\\_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf](http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1518011872_ARQUIVO_Mulherescisgeneroemulherestransgenero-ClaudioEduardoResendeAlves.pdf)>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e Subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.
- ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARAÚJO, A. M.C. “Trabalho, precarização e relações de gênero em tempos de flexibilização e reestruturação produtiva”. In: **XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**, Recife, 2017.
- BARUCO, Grasiela Cristina da Cunha. **Do consenso keynesiano ao pós-consenso de Washington**. Uberlândia: UFU, 2005. Disponível em: <[http://www0.ufu.br/ie\\_dissertacoes/2005/3.pdf](http://www0.ufu.br/ie_dissertacoes/2005/3.pdf)>. Acesso em: 24 jul. 2016.
- BOTELHO, Adriano. **Do fordismo à produção flexível: o espaço da indústria**. São Paulo: Annablume, 2008.
- CANTIERI, Larissa Oliveira; FERRO, Andrea Rodrigues. **A divisão sexual do trabalho e as diferentes composições familiares no Brasil urbano: o que mudou entre 2001 e 2014**. São Paulo: Reb. Revista de Estudios Brasileños, 2018.
- CHESNAIS, Francois. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xama, 2000.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. **Trabalho, financeirização e desigualdade**. Campinas: Texto Para Discussão-unicamp, 2010. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1804&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1804&tp=a)>. Acesso em: 9 abr. 2016.
- FREITAS, T. S. “Flexibilidade (ou Rigidez) produtiva, condições de trabalho e subjetividade das trabalhadoras em indústrias metalúrgicas de eletroeletrônicos”. In TRÓPIA.P.V; TOSTA.T.L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.
- GONÇALVES, E. (et.al) “Feminismos, trabalho e ação coletiva: teorias, pesquisas e práticas sociais”. In TRÓPIA.P.V; TOSTA.T.L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.
- RUBIN, Gayle. **O trafico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo**. 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 07 jul. 2018.
- HIRATA, H. “Reestruturação Produtiva, trabalho e relações de gênero”. **Revista Latinoamericana de Estudios del trabajo: Género, Tecnologia e Trabalho**. Ano 4, n.7, p.5-27, 1998.

HIRATA, Helena. **A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho**. Londres: *Journées Internationales de Sociologie Du Travail*, 2007.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. São Paulo: Cadernos de Pesquisa, 2007. Disponível em:

<<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 12 maio 2016.

HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. **Organização, trabalho e gênero**. São Paulo: Senac, 2007.

HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE. **Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira-2015**. Brasília: Ibge, 2015. Disponível em:

<<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv95011.pdf>>. Acesso em: 7 set. 2016.

IPEA. **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

IPEA. **Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014**. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em:

<[http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher\\_e\\_trabalho\\_marco\\_2016.pdf](http://trabalho.gov.br/images/Documentos/Noticias/Mulher_e_trabalho_marco_2016.pdf)>. Acesso em: 23 set. 2016.

KERGOT, D. “O cuidado e as imbricações das relações sociais”, In ABREU, A.R.P; HIRATA, H. LOMBARDI, M. R. **Gênero e Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.

KREIN, J.D. “Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil 1990-2005. **Tese de Doutorado**, Universidade Estadual de Campinas, 2007.

LEITE, Kelen Christina. **Trabalho e condição humana na contemporaneidade**. Sorocaba: Laplage em Revista, 2018.

MEDRI, Waldir. **Análise Exploratória de Dados**. Londrina: Uel, 2011. Disponível em: <[http://www.uel.br/pos/estatisticaeducacao/textos\\_didaticos/especializacao\\_estatistica.pdf](http://www.uel.br/pos/estatisticaeducacao/textos_didaticos/especializacao_estatistica.pdf)>. Acesso em: 3 set. 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo e Campinas: Ed, Unicamp, 2002.

OIT. **Mulheres no trabalho Tendências 2016**. Genebra: Oit, 2016. Disponível em: <[http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms\\_457096.pdf](http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_457096.pdf)>. Acesso em: 24 set. 2016.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; MAIA, Geraldo; MARIANO, Jefferson. **O sistema de Bretton Woods e a dinâmica do sistema monetário internacional contemporâneo**. São Paulo: Pesquisa e Debate, 2008.

ONU. **Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos**. Relatório da ONU 2016.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2001.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **A economia política da grande depressão da década de 1930 nos EUA: visões da crise e política econômica, semelhanças e diferenças**



**com a crise atual.** Rio de Janeiro: Ufrj, 2009. Disponível em:

<<http://www.ie.ufrj.br/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto1509.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

RUBIN, Gayle. **O trafico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo.** 1993. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Acesso em: 07 jul. 2018.

TOMAZINI, Sonia Terezinha. **Emprego Informal e Trabalho por Conta Própria:** um estudo da diversidade de manifestação do problema da falta de emprego no Brasil.. Campinas: Unicamp, 2008.

TRÓPIA.P.V; TOSTA.T.L.D (et.al) **Mulheres Trabalhadoras: (in)visíveis?.** Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2016.

VIECELI, Cristina Pereira. **Economia e relações de gênero e raça: uma abordagem sobre o emprego doméstico no Brasil.** Porto Alegre: Ufrgs, 2015. Disponível em:

<<https://www.ufrgs.br/neab/site/index.php/2016/08/23/economia-e-relacoes-de-genero-e-raca-uma-abordagem-sobre-o-emprego-domestico-no-brasil/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.